

Aumentar salários

- Valorizar carreiras
- Melhorar serviços públicos

FRENTE COMUM DE SINDICATOS EXIGE A CONCRETIZAÇÃO DAS LEGÍTIMAS EXPECTATIVAS E ASPIRAÇÕES DOS TRABALHADORES

Sindicatos de diversos sectores da Administração Pública, Central, Regional e Local convocaram uma greve nacional para 26 de Outubro, que tem como principal exigência, a consagração no Orçamento do Estado para 2019 de um aumento dos salários e das pensões em 4%, com um mínimo de 60 euros por trabalhador.

Os trabalhadores da Administração Pública foram fustigados durante anos com severos ataques aos seus direitos, tendo sido através da sua luta que abriram caminho a um processo de reposição de direitos e rendimentos.

Todavia, quando se aproxima o último ano da legislatura, a FCSAP lembra que os salários no sector continuam congelados desde 2009 (último ano em que houve actualização salarial). Desde então aumentaram os descontos para a ADSE, para o IRS e aumentou sensivelmente o custo de vida.

Urge por isso romper com a política de congelamento salarial inscrita nos chamados «Plano Nacional de Reformas» e em particular no «Plano de Estabilidade para 2018-2022».

Neste documento prevê-se a redução das despesas com pessoal, que deverão diminuir para cerca de 10% do Produto Interno Bruto, em 2022, ou seja, um valor abaixo do de 2017, o qual é já o mais baixo dos últimos 29 anos.



GREVE
ADM. PÚBLICA
26 EM LUTA
OUTUBRO

Frente Comum
Sindicatos Administração Pública

STAL

PÔR FIM ÀS INJUSTIÇAS

A Frente Comum condena a submissão do Governo PS às imposições da União Europeia, bem como a sua convergência com o PSD e o CDS e com os interesses do grande capital em questões fundamentais para os trabalhadores e para as populações, de que são exemplos a legislação laboral e a chamada «descentralização».

EM RESULTADO DESTAS OPÇÕES POLÍTICAS, UM VASTO CONJUNTO DE PROBLEMAS CONTINUA POR RESOLVER, DESIGNADAMENTE:

- As carreiras profissionais permanecem bloqueadas, sendo que as propostas de revisão, nomeadamente, das carreiras não revistas, visam a sua desvalorização;
- O processo de regularização da precariedade está marcado por enormes injustiças e atrasos, persistindo a utilização de formas de contratação ilegais para suprir necessidades permanentes;
- Mantêm-se a recusa da atribuição e regulamentação de suplementos, assim como a suspensão do pagamento das indemnizações por acidente e/ou doença profissional;
- O horário das 35 horas semanais não é aplicado a centenas de trabalhadores com contrato individual de trabalho;
- Continuam vigentes formas de desregulamentação do trabalho, como a adaptabilidade e os bancos de horas, sem que exista na Administração Pública uma acção inspectiva que puna os comportamentos ilegais e proteja os trabalhadores.

REIVINDICAMOS:

- **Aumento real dos salários e das pensões em 4%, com um mínimo de € 60**, por forma a iniciar a recuperação das perdas salariais ocorridas nos últimos anos;
- **Actualização do salário mínimo da Administração Pública para € 650;**
- **Revisão da Tabela Remuneratória Única**, estabelecendo o salário mínimo como primeira posição e subindo as demais posições remuneratórias;
- **Reposição dos escalões de IRS** existentes antes das alterações introduzidas com a entrada da troika em Portugal, recuperando maior justiça fiscal e protegendo os rendimentos do trabalho;
- **Actualização do subsídio de refeição para € 6,50;**
- **Descongelamento das progressões** nas posições remuneratórias, abrangendo as carreiras, as categorias e os trabalhadores, salvaguardando, para a sua generalidade, a contabilização de todo o tempo de serviço já em 2019, sem faseamentos e garantindo o pagamento integral da valorização remuneratória a quem se aposente;
- **Reposição das carreiras e conteúdos profissionais específicos**, tal como existiam antes da revogação operada pela Lei n.º 12-A/2008;
- **Revogação do SIADAP**, substituindo-o por um sistema de avaliação sem quotas, transparente, equitativo e justo que valorize os trabalhadores;
- **Reposição do valor do pagamento do trabalho extraordinário** (acréscimo de 50% na primeira hora e de 75% nas seguintes, em dias úteis, e de 100% em dias de descanso), das horas de qualidade e de todos os suplementos que foram alvo de cortes, bem como a reposição do descanso compensatório;
- **Implementação, efectivação e regulamentação imediata, nos casos que dela careçam, dos suplementos de insalubridade, penosidade e risco**, de isenção de horário, de prevenção, de disponibilidade e tempo de espera;
- **Revogação da suspensão do pagamento das indemnizações pela reparação de incapacidade por acidente e/ou doença profissional;**
- **Reposição dos dias de férias, garantindo um mínimo de 25 dias**, majorados com dias pela idade e tempo de serviço, independentemente do vínculo laboral;
- **Aplicação do horário semanal de 35 horas a todos os trabalhadores que exerçam funções públicas**, quer em regime de contrato de trabalho em funções públicas, quer com contrato individual de trabalho, quer em regime de nomeação;
- **Eliminação de todas as formas de precariedade na Administração Pública** e a abertura de procedimentos concursais que garantam o princípio de que, para necessidades permanentes, corresponde um vínculo efectivo;
- **Reposição da forma de cálculo das pensões e das condições gerais para aposentação com 36 anos de serviço**, independentemente da idade, salvaguardando regimes específicos consagrados ou a consagrar com condições de acesso mais favoráveis;
- **Preservação da ADSE como sistema público complementar de saúde na Administração Pública**, reduzindo o valor das contribuições para 1,5% sobre o período de 12 meses, para os aposentados e trabalhadores da Administração Pública, independentemente do tipo de vínculo;
- **Suspensão do actual processo de transferência de competências** e a construção de uma efectiva descentralização, que passa pela reposição das freguesias, instituição das regiões administrativas, valorização do poder local democrático, reforço e elevação da qualidade dos serviços públicos.

**REAFIRMAMOS A NOSSA
DISPONIBILIDADE PARA LUTAR PELOS
NOSSOS OBJECTIVOS QUE SÃO TAMBÉM NA
DEFESA DOS DIREITOS DE TODOS OS CIDADÃOS!**

GREVE
ADM. PÚBLICA
26 **EM LUTA**
OUTUBRO

Frente Comum
Sindicatos Administração Pública

STAL